



Paredes Cancelado apoio de três milhões para a construção de 11 centros escolares

Suspeita de fraude com escolas leva a auditoria da CCDRN

Roberto Bessa Moreira
justica@jn.pt

► A investigação do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), que encontrou indícios de fraude com fundos da União Europeia atribuídos à Câmara de Paredes, motivou a realização de uma auditoria por parte de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) ao processo de construção de centros escolares naquele concelho.

A revelação foi feita pelo presidente da Autarquia, Celso Ferreira. Na última assembleia Municipal anunciou também que a entidade nacional que gere o dinheiro vindo da Europa "cancelou apoios de três milhões de euros" às 11 escolas (o relatório incidiu apenas sobre quatro) que não foram investigadas pelo OLAF.

"A Câmara, surpreendida com esta decisão, solicitou cópia dos documentos, relatórios, informações e despachos que recaíram sobre a mesma. Essa informação não nos foi disponibilizada, nem concedida uma prorrogação do prazo para contestar uma matéria para a qual o município não estava notificado, mas a CCDRN, não a tendo realizado aos restantes 11 centros escolares, agendou para a próxima quinta-feira [hoje] uma auditoria, que vai decorrer três semanas depois da decisão anunciada", criticou o autarca.



Celso Ferreira assegura que está a agir com legalidade processual

Celso Ferreira mostrou ainda incompreensão pelo facto de a CCDRN ter cancelado "apoios no valor de 2,9 milhões de euros para quatro escolas e três milhões de euros para as restantes 11 escolas, supostamente pelos mesmos motivos". "Pergunto, qual é o critério?"

Ninguém entende este critério. Onde está o relatório que fundamenta esta decisão? Não existe", acrescentou.

O edil avançou que já foi ordenada "uma avaliação interna" e consultados "três juristas distintos externos à Câmara". "Todos nos asseguram a legalidade dos procedimentos. A primeira resposta que tenho para dar é a garantia da legalidade. A segunda, é a garantia de que a Câmara não vai ser obrigada a devolver verbas", disse.

Contactada pelo JN, a CCDRN frisa que "nada poderá acrescentar para esclarecer a questão do apoio do ON.2 uma vez que decorre o processo jurídico e administrativo". ●

ajuda comunitária :

8,389

milhões de euros de ajudas comunitárias foi o montante que o OLAF propôs que fosse devolvido pela Câmara de Paredes.